WWW. JORNALOFUTURO.COM.BR

JANEIRO DE 2026 | ANO 3 | Nº 17

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO – PCBR

CRISE INDUZIDA

ALIMENTA CAMPANHA PELO FIM DA ESTATAL

Ato no Palácio do Planalto reúne trabalhadores de todo o país. Foto: FINDEC/Reprodução.

A crise atual dos Correios, marcada por previsão de rombo financeiro para 2026, tem sido utilizada por setores da burguesia para defender a privatização da estatal. A queda nas receitas, agravada pela taxação das compras internacionais, pela concorrência de empresas privadas e por medidas neoliberais adotadas desde o governo Temer até o governo Lula, tem levado a reestruturações, PDVs, fechamento de agências e cortes operacionais. Apesar disso, os defensores da privatização ignoram que parte significativa do problema foi criada pelas próprias políticas de gestão que fragilizaram a empresa.

Enquanto economistas e veículos de imprensa tratam a privatização como "inevitável", o texto destaca que os Correios cumprem um papel social estratégico, sendo a única empresa presente em todos os municípios do país e responsável por entregar desde cartas e encomendas até materiais educacionais, vacinas e remédios. A privatização colocaria em risco esse serviço universal, encareceria o acesso e aprofundaria a precarização do trabalho, ampliando o poder de empresas privadas que operam em condições exploratórias. Assim, a ofensiva privatista representa não só uma ameaça à estatal, mas também ao direito da população ao serviço postal básico e à própria organização dos trabalhadores. **pág 2**

POR QUE HOMENS MATAM MULHERES NO BRASIL?

A escalada do feminicídio no Brasil escancara que a violência contra as mulheres não é um desvio, mas um mecanismo estrutural sustentado pelo patriarcado a serviço do capitalismo. Os dados revelam um padrão: mulheres, majoritariamente negras, assassinadas dentro de casa por parceiros ou ex-parceiros, presas a relações de dependência econômica que dificultam a denúncia e a ruptura. Casos recentes,

Ato em 8 de março de 2025, em Curitiba. Foto: Franthesco Fioravanço/Jornal O Futuro

brutalmente expostos, confirmam que a violência se intensifica quando mulheres afirmam autonomia, rompem vínculos ou desafiam papéis impostos. As respostas liberais — punitivismo isolado, soluções individuais ou apelos abstratos à cultura — fracassam porque ocultam a base material do problema: um modo de produção que se beneficia da divisão sexual do trabalho, do controle dos corpos e da submissão feminina. Ao mesmo tempo, o avanço de ataques institucionais aos direitos reprodutivos reforça esse controle, transformando o Estado em agente ativo da violênci. **pág 6**

FRAUDE FINANCEIRA:
Caso Banco Master escancara como o Estado é refém do sistema financeiro. **pág 4**

UNIVERSIDADES PÚBLICAS:
Mesmo com desfinanciamento, instituições lideram ranking nacional. **pág 7**

TERROR NO CAMPO:
PF investiga ataque de pistoleiros do agro que assassinou indígena Guarani-Kaiowá em MS. **pág 10**

PEC DA MORTE:
Senado aprova ataque às demarcações de Terras Indígenas em todo o país. **pág 11**

Editorial

Um ano novo de velhos problemas

O Brasil observou, nos últimos quarenta anos, um avanço a passos largos da institucionalização da política, em todos os âmbitos. A transição conservadora e tutelada à democracia foi o marco dos conturbados anos 1980, cujo acabamento foi dado na década seguinte, na consolidação do desmonte do Estado "social" pactuado na Constituinte de 1988 — daí as privatizações, a financeirização da economia e o combate frontal ao sindicalismo nos governos FHC. Os governos petistas, nos anos 2000, semearam a ilusão de um ciclo glorioso, especialmente na economia, beneficiada por fatores conjunturais no plano internacional ("boom" das commodities); entregaram, porém, a consolidação de um sindicalismo oportunista e burocrático (o tal do sindicalismo "de resultado"), o aparelhamento do movimento estudantil na UNE, uma política crescente de encarceramento em massa, a explosão da crise urbana — muito por conta dos Megaeventos —, além da maior crise econômica da história, cujos impactos são sentidos até hoje, visto que as Reformas da Previdência e Trabalhista seguem vigentes.

Entramos em 2026 lidando com *problemas que conhecemos há décadas.*

O ano passado se encerrou com a maior chacina da história do país, no Rio de Janeiro, proclamada como "combate" ao crime organizado. Mas vejam que o Comando Vermelho surgiu ainda na ditadura empresarial-militar, como organização formada para sobrevivência dos detentos do presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro, chamado de "caldeirão do inferno". Vejam também que o Primeiro Comando da Capital surgiu também em um presídio, o Carandiru, em São Paulo. E enquanto a política de segurança pública brasileira for a guerra contra a pobreza através da militarização ilimitada das polícias, a violência generalizada seguirá sendo a norma e a realidade. Afinal, as armas do crime organizado vem do Estado, uma retroalimenta o outro.

A pobreza é fator diretamente responsável pelo crescimento da violência social generalizada. A pobreza alimenta as fileiras tanto da polícia quanto do tráfico. A pobreza e a violência de nossas capitais são, dentre outros fatores, fruto de uma urbanização descontrolada fundamentada na segregação social e racial, chamada "favelização", do afluxo de migrantes nas grandes metrópoles, com os casos particulares de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília funcionando como "modelo" de uma perversa máquina social. Também se trata de um legado da ditadura empresarial-militar.

A violência generalizada não é combatida com o endurecimento penal, ainda que seja, por vezes, uma demanda popular. Prova disso é que já vivemos mais de dez anos da Lei do Feminicídio, de 2015, e vinte anos da Lei Maria da Penha, de 2006, ainda assim, os casos de violência contra a mulher crescem dia após dia. Cria-se, com isso, uma espécie mórbida de mercado de notícias pelo qual veículos jornalísticos lucram, em visualizações e compartilhamentos, com vídeos de mulheres sendo espancadas e mortas, cotidianamente — o que apenas aumenta o medo e pânico social, gerando mais clamor por endurecimento penal, que, por sua vez, retroalimenta a generalização da violência na sociedade.

Entramos em 2026 lidando com problemas que conhecemos há décadas e a generalização da violência na sociedade tem sua origem na luta de classes, e é vista também no plano internacional nos conflitos crescentes entre países, prelúdio para uma guerra imperialista generalizada. Frente a uma esquerda que, de governismo em governismo, apenas entregou os mesmos problemas que bem conhecemos, a nossa política só pode ser a independência de classe do proletariado e o combate classista ao oportunismo.

Sindical

Crise dos Correios reacende campanha privatista

Diante das alegações de rombo fiscal da empresa, setores da burguesia se aproveitam para defender a privatização dos Correios. Uma das maiores empresas postais do mundo, a estatal é fundamental para garantir entregas em todo o território brasileiro.

Foto:Correios/Reprodução.

Por Jaqueline Tavares

Os Correios têm passado por uma crise financeira, com previsão de rombo financeiro para 2026. Desequilíbrios financeiros e queda de receita têm sido seguidos por medidas como plano de reestruturação, programa de demissão voluntária (PDV), fechamento ou venda de agências e imóveis e cortes de despesas operacionais.

Há três principais razões para a crise. A taxação sobre as compras internacionais, a chamada "taxa das blusinhas", tem feito as entregas ligadas a esse segmento despencarem. Além disso, há a concorrência com empresas privadas de entrega, como Amazon e Mercado Livre. Essas empresas, guiadas pelo lucro e com regimes de trabalho cada vez mais exploratórios, conseguem vantagem de mercado a partir de salários mais baixos e ignorando demandas sociais que os Correios cobrem. Por fim, a própria gestão dos Correios tem sido prejudicada pelas próprias medidas neoliberais de administração das empresas públicas, que começaram no Governo Temer, passaram pelo Governo Bolsonaro e se mantêm no Governo Lula a partir do Arcabouço Fiscal.

Diante de um problema real causado pelas próprias medidas neoliberais, a resposta da burguesia é mais desmonte do serviço público. Nos jornais, economistas argumentam que a privatização é "inevitável", ignorando o processo que levou a crise da estatal e as demandas sociais que ela cumpre.

Os Correios são a única empresa presente em todos os municípios brasileiros, entregando cartas, encomendas, livros didáticos, materiais de exames, vacinas, remédios e serviços postais universais. Isso garante que populações de áreas remotas, rurais ou menos rentáveis economicamente tenham acesso a serviços básicos — algo que nenhuma empresa privada é capaz de alcançar, uma vez que seu objetivo é gerar lucro, não responder às demandas dos trabalhadores de todo o Brasil. A privatização, além de deixar essas demandas pendentes, pode fazer os custos do serviço subirem, como tem demonstrado casos recentes de privatização, como a SABESP e a concessão da ENEL.

As ameaças de privatização aos Correios não são novidade. Desde os anos 1990, passando pelos Governos Temer, Bolsonaro e agora Lula, os Correios sempre estiveram no radar da privatização. O fim da estatal significaria não apenas uma nova frente de lucro para a burguesia, mas o fim do cargo público concursado para uma categoria com histórico de mobilização e a ampliação do mercado das entregas feitas por empresas privadas, marcada por jornadas exaustivas, pela escala 6x1 e por práticas de demissão e perseguição a trabalhadores, tornando a mobilização dos trabalhadores por seus direitos cada vez mais difícil.

Greve nas maiores bases da categoria: contra o arrocho salarial e a retirada de direitos

Categoria aprova estado de greve e confirma participação em caravana e ato unificado na capital federa. Foto:SINTECT-SP/Divulgação.

Por Caio Andrade

Em meados de dezembro, sindicatos que representam os trabalhadores dos Correios nas principais bases da categoria no país — como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará e Paraíba — aprovaram greve por tempo indeterminado. Em São Paulo, a decisão pela greve contrariou a orientação da direção do sindicato local, demonstrando um profundo descontentamento da base com a postura da empresa. A greve decorre de um longo impasse nas negociações do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), após meses sem avanços significativos.

Os trabalhadores cobram reajuste salarial e a manutenção de benefícios históricos — como adicional de férias de 70%, pagamento de 200% nos finais de semana e a gratificação de Natal (cerca de R$ 2.500). Além disso, os trabalhadores exigem a garantia dos direitos previstos no ACT, rechaçando propostas da empresa que preveem cortes de benefícios, mudanças no plano de saúde e redução de adicionais de férias. Os ecetistas não são culpados pela crise da empresa e não aceitam ser penalizados por medidas de gestão e decisões de governos que pressionam a categoria a abrir mão de direitos conquistados ao longo de décadas.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), envolvido na mediação do dissídio coletivo, determinou que 80% do efetivo dos Correios deve manter-se em atividade durante a greve e restringiu a realização de piquetes nas unidades. Essa intervenção revela o caráter de classe do poder judiciário, que, com raras exceções, atua para abolir, na prática, o direito constitucional de greve.

A crise dos Correios — marcada por queda de receitas e desafios logísticos — tem sido utilizada por setores empresariais e articulistas da chamada grande mídia para promover, novamente, uma campanha aberta pela privatização da estatal.

No discurso dominante, a privatização viria como solução "técnica" para restabelecer a sustentabilidade das operações. Contudo, esse argumento desconsidera que a ECT é a única empresa com presença em todos os municípios brasileiros, garantindo serviços essenciais como entrega de cartas, encomendas, livros didáticos, materiais de exames, vacinas, medicamentos e serviços postais universais.

Enquanto isso, empresas privadas no setor de entregas, como Amazon e Mercado Livre, atuam com lógicas de mercado predatórias, focadas no lucro rápido, com regimes de trabalho extenuantes e ausência de compromisso com os direitos trabalhistas e com a universalização do serviço. As experiências de privatizações em outros setores (como saneamento e energia) indicam aumento dos custos para a população e aprofundamento das desigualdades, além de qualidade questionável.

Cabe ressaltar que, no mesmo período em que os ecetistas deflagraram greve, os trabalhadores da Petrobras — outra categoria estratégica no Brasil — também entraram em greve por tempo indeterminado, em mobilização iniciada em 15 de dezembro de 2025, em defesa de suas negociações coletivas, melhores condições de trabalho e contra os ataques aos seus direitos.

A convergência de movimentos paredistas em estatais aponta para um momento de intensas lutas de classes no Brasil, que não está restrito a essas categorias, isoladamente, mas reflete um descontentamento mais amplo com a condução de setores fundamentais da economia pelo governo Lula.

A mobilização dos trabalhadores dos Correios e dos petroleiros assume um sentido crucial na atual conjuntura, reafirmando a luta sindical em categorias estratégicas, questionando o arrocho salarial e a retirada de direitos, defendendo serviços universais e a soberania nacional e construindo uma poderosa trincheira de resistência aos ataques neoliberais.

Sindical

Como o Saúde Caixa foi alinhado à agenda de privatização

Sem discussão com a categoria, Contraf-CUT aprova documento em que trabalhadores custeiam parte do plano de saúde caso recebam valores indenizatórios de qualquer ordem.

Por Leonardo Damasceno

No dia 11 de novembro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF/CUT) anunciou a aprovação da minuta de proposta do aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho do Saúde Caixa que impõe prejuízos aos trabalhadores da Caixa Econômica Federal (CEF). Encaminhado aos trabalhadores na íntegra somente no dia anterior e com pouco tempo hábil de discussão, a CONTRAF possibilitou a aprovação sem o devido debate de uma cláusula que faz os funcionários arcarem com custos do plano quando recebem valores indenizatórios.

Enquanto ainda era realizada a votação, a entidade sindical divulgou a aprovação do aditivo com 65,84% dos votos, maior que os 51% de aprovação do aditivo ao ACT Saúde Caixa de 2023, analisado com maior antecedência. O novo documento transfere riscos aos empregados graças a um teto duplo, isto é, limitado ao custeio dos benefícios de assistência à saúde de 6,50% da folha de pagamentos e proventos ou a 70% do montante, aprofundando desigualdades entre grandes centros e interiores e inviabilizando famílias maiores com menor renda. O documento ainda exclui aposentados após 2018 do direito à manutenção do benefício plano, reduzindo o passivo futuro da empresa e expondo-os a risco social.

O documento aprovado introduz mais uma medida de precificação de risco ao Saúde Caixa, a previsão de descontos sobre os valores decorrentes de ações judiciais propostas por participantes ativos e inativos, possibilitando endividamento às custas de direitos trabalhistas, em desacordo com o artigo 468 da CLT. A minuta permanece expropriando direitos com a imposição de mensalidades progressivas em termos absolutos sobre a base salarial para cada dependente no plano do titular, e em termos regressivos para famílias com maior número de dependentes indiretos, além de vigorar a cobrança também em cima do 13º salário.

Os dispositivos fazem cumprir o papel das mesas de negociação de alcançar um cenário "menos pior", segundo a própria CONTRAF/CUT, mesmo que isso signifique trabalhadores mais doentes, expostos a riscos, com salários menores e a Caixa com uma imagem mais agradável ao mercado, como idealizado por Temer e corroborado por Lula/Haddad — cenário que a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE) denunciava em sua cartilha "Saúde Caixa: conhecer para defender" de 2017 como caminho para a privatização do banco, mas que hoje é ignorado pelas entidades representativas em nome da governabilidade.

Em sessenta anos, a assistência médica para os trabalhadores da Caixa acompanhou desde o seu custeio integral pelo então Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (SASSE), extinto na ditadura empresarial-militar, até o modelo coparticipativo 70/30 do plano Saúde Caixa, criado em 2004. E, apesar de sofrer com inúmeros ataques, sobretudo desde o governo Temer, o plano ainda é superavitário.

O modelo de coparticipação dependia de reajustes anuais para manter sempre a relação 70/30. Em 2005 e 2006, porém, a empresa aplicou reajustes de 100% consecutivamente, como explica a diretora de Saúde e Previdência da Fenae, Fabiana Matheus. "O resultado disso é que, mesmo com a inflação médica aumentando o custo do plano todos os anos, os empregados pagam tanto a mais que, até hoje, sobra dinheiro". O valor que deveria custear a assistência no ano seguinte é apropriado indevidamente pela empresa, a fim de "compensar os resultados insatisfatórios do banco à custa dos empregados, sacrificando direitos trabalhistas duramente conquistados", acrescenta.

O teto do custeio da assistência médica foi inserido no estatuto do banco em janeiro de 2017, ignorando o ACT vigente, o que expôs a fragilidade das mesas de negociação tripartites entre sindicatos, empregadores e poder público como espaço de defesa dos trabalhadores. A decisão de manutenção do teto foi corroborada pela Justiça do Trabalho e evidenciou os efeitos do enfraquecimento das lutas econômicas.

Os efeitos das medidas de austeridade são sentidos na pele pelos trabalhadores da Caixa, afligidos por maiores custos, evasão do plano de saúde e risco social. É preciso, portanto, explicitar a natureza de classe do conflito e o papel das entidades representativas e centrais sindicais como enfrentamento às instituições financeiras neste aspecto, um papel evidenciado na naturalização da política de austeridade dentro da instituição financeira. Derrotas silenciosas são convertidas em vitórias aparentes, servindo ao Estado e a seus representantes, desorganizando a classe para enfrentar o capital e administrando apenas cenários menos desfavoráveis.

Economia

Fraude no Banco Master revela como o Estado é refém do sistema financeiro

Lucro bilionário, controle digital e o fim da autonomia: a empresa que se dizia símbolo de inovação repete o velho autoritarismo do capital financeiro.

O escândalo que envolve o Banco Master e o BRB se tornou, ao longo de 2025, um dos episódios mais explosivos do sistema financeiro brasileiro. O que começou como uma série de operações pouco claras entre as duas instituições rapidamente evoluiu para suspeitas de fraudes bilionárias, prisões, afastamento de executivos e a liquidação do Master pelo Banco Central.

No final de 2024, começaram a surgir operações suspeitas envolvendo a criação de carteiras de crédito e repasses de recursos para o BRB, intensificando-se nos primeiros meses de 2025, quando o BRB anunciou a intenção de adquirir uma participação majoritária no Master por cerca de R$ 2 bilhões, uma transação que passou por revisões judiciais e a necessidade de aprovações regulatórias. Contudo, em setembro de 2025, o Banco Central rejeitou definitivamente essa compra ao identificar inconsistências e riscos na operação, deixando o Master ainda mais exposto.

Em novembro, a Polícia Federal deflagrou a Operação Compliance Zero, cumpriu mandados de prisão, incluindo a do presidente do Master, Daniel Vorcaro, e o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da instituição, desencadeando o maior resgate da história do Fundo Garantidor de Créditos, que atingiu mais de 1,6 milhão de pessoas físicas. Paralelamente, autoridades afastaram executivos do BRB e ampliaram investigações sobre possíveis fraudes bilionárias e a participação de dirigentes nas transações questionadas.

Não se trata apenas de um acidente de percurso, pelo contrário, o evento revela a própria natureza de funcionamento do capitalismo. A fraude financeira não é apenas um erro que viola o funcionamento normal do mercado; ela nasce da pressão permanente para gerar retornos em um ambiente em que a busca incessante pelo lucro depende cada vez mais de operações intangíveis e opacas. O próprio impacto social desse tipo de crise revela a assimetria fundamental do capitalismo, milhões de pessoas, que não participaram das operações, tornam-se vítimas indiretas de decisões tomadas por um

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil.

pequeno grupo de agentes financeiros e políticos. Fundos de aposentadoria, servidores públicos e a população do Distrito Federal arcariam com os efeitos de um colapso produzido no topo da estrutura. Enquanto isso, aqueles que lucraram durante o processo o fizeram sob a base da falta de transparência e da transmissão de riscos para o coletivo. Ou seja, para os capitalistas, os lucros são privados, mas as perdas devem ser socializadas o máximo possível.

O Estado serve aos banqueiros e oprime os trabalhadores

Se o objetivo central das instituições financeiras é gerar lucro, e não garantir estabilidade, transparência ou desenvolvimento social, a tendência é que a busca por rentabilidade leve a práticas cada vez mais arriscadas, opacas e, nos momentos de tensão, abertamente fraudulentas. Nesse cenário, enquanto bancos privados especulam e assumem riscos excessivos, cabe ao Estado, capturado politicamente pelos banqueiros, intervir apenas para amortecer prejuízos e evitar o colapso do próprio sistema.

Nesse sentido, o caso apresenta um traço político essencial, a saber, o entrelaçamento entre banqueiros, investidores bilionários e poder político. As investigações apontam para redes de influência, financiamento e alianças que atravessam governos, grupos econômicos e aparelhos de Estado. Esse movimento revela que o Estado não atua como árbitro neutro entre interesses divergentes, mas como parte ativa na defesa dos lucros dos empresários e juros para os banqueiros, inclusive quando isso envolve simular riqueza inexistente ou repassar prejuízos bilionários à sociedade.

A circulação de favores, a influência política sobre decisões regulatórias e a permeabilidade de bancos públicos a interesses privados mostram como a fronteira entre negócios e governo se torna porosa. O caso Master-BRB deixa evidente que essas relações não funcionam apenas como corrupção individualizada, mas como um mecanismo estrutural, quando o sistema entra em crise, mobiliza-se uma proteção institucional que poupa os grandes responsáveis e desloca os custos para a sociedade.

O episódio ilustra como grandes fraudes não surgem apenas da iniciativa de executivos isolados, mas de um ambiente político e econômico que permite, incentiva e, em muitos casos, acoberta comportamentos que servem à lógica da busca pelo lucro acima de tudo. Portanto, a articulação entre capital financeiro e poder político aparece não como um desvio eventual, mas como parte constitutiva de um sistema que precisa dessas conexões para funcionar, e que coloca sua própria sobrevivência acima das consequências sociais de seus colapsos.

Apenas o socialismo encerra as crises

Apenas a construção de um Estado proletário que retire o crédito da esfera privada e converta o sistema financeiro em um instrumento público de planejamento econômico deve dar fim a esses escândalos recorrentes da esfera privada. Sob controle social, com o crédito 100% público, desaparecem os incentivos estruturais que levam instituições a forjar ativos, manipular balanços ou criar "riqueza fictícia", o financiamento deixa de ser negócio e passa a ser função social.

Em vez de competir por retornos de curto prazo, os bancos, agora transformados em instituições públicas, se orientariam por objetivos coletivos, como ampliar investimentos produtivos, impulsionar setores estratégicos, garantir moradia, educação, infraestrutura e reduzir desigualdades territoriais.

Sob o socialismo, o Estado proletário não atua para proteger bancos, mas para evitar que eles existam como centros privados de poder econômico. Ao eliminar a intermediação privada, também se reduz drasticamente a influência de grupos econômicos sobre decisões de governo, já que a principal moeda de troca, financiamento e acesso privilegiado ao crédito, deixa de ser controlada por elites financeiras.

A centralização pública do crédito permitiria que crises bancárias, como a do Master, simplesmente não ocorressem, sem competição predatória, sem pressão por lucros crescentes e sem a necessidade de emitir ativos fictícios para inflar balanços, o sistema financeiro deixa de ser um gatilho permanente de instabilidade. O foco desloca-se do enriquecimento de executivos e acionistas para a estabilidade macroeconômica e o bem-estar da população.

Apenas um sistema em que o crédito seja integralmente público, administrado por um Estado orientado pelos interesses da classe trabalhadora, pode remover os incentivos que geram esse tipo de colapso e transformar o financiamento em um instrumento de desenvolvimento social, e não em uma máquina de reprodução de privilégios e instabilidade.

QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:

Segurança Pública

Por que homens matam mulheres no Brasil?

Enquanto uma onda de feminicídios repercute no Brasil, o que sustenta a violência de gênero é mantida e protegida por discursos reacionários e liberais

Por Stella

No Brasil, os dados mais recentes sobre feminicídio indicam uma cruel realidade da violência contra as mulheres. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em 2024 foram registrados 1.459 feminicídios, e 71.834 estupros. Em termos diários, isso significa que aproximadamente quatro mulheres foram assassinadas todos os dias por razões de gênero, enquanto cerca de 196 sofreram violência sexual diariamente.

Mais grave ainda: a maior parte dessas mortes, que são de mulheres negras entre 18 e 44 anos, ocorreu dentro de casa, cometidas por companheiros ou ex-companheiros. Os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que o tempo médio entre o início do processo e a concessão de medida protetiva é de 3 dias, e o Mapa Nacional da Violência de Gênero mostra que 7 em cada 10 mulheres que sofreram violência não solicitaram medidas protetivas.

Não basta apenas olhar com atenção a crescente publicização dos casos e dos detalhes cruéis de execução de mulheres, é preciso conseguir enxergar qual a sua razão histórica. Nos últimos doze meses, uma sequência de crimes dramáticos e brutais evidencia o caráter estrutural da violência contra mulheres, que inclusive figura nos principais portais de notícia como principal fator determinante desses acontecimentos. Acontece que a constatação de seu caráter estrutural apartada da análise classista deixa pouca, ou quase nenhuma, resposta. Nos muitos casos onde não há medida protetiva, a razão provavelmente está numa relação de dependência financeira entre vítima e agressor. Em muitos outros, para as mulheres que sofrem violência, registrar a denúncia pode representar a perda de uma parcela significativa da renda familiar, colocando em risco a própria subsistência e a de seus filhos.

Recentemente, com tantos episódios de violência de gênero vindo à tona, destaca-se o de Thiago Schutz, influenciador que se apresenta como *orientador de masculinidade* e tem acumulado repercussão nos últimos anos. Laudos apontam que sua namorada foi vítima de pelo menos onze agressões físicas, com lesões no rosto, nos braços e nas pernas, além de sinais de defesa e tentativa de violência sexual após ela se negar a manter relações. A vítima relata ter sido arrastada, chutada, jogada ao chão e impedida de sair da residência, conseguindo escapar apenas para buscar ajuda. A relação durou cerca de três meses.

Em São Paulo, uma mulher de 31 anos foi atropelada e arrastada por aproximadamente um quilômetro pelo ex-companheiro após uma discussão movida por ciúmes. A violência foi tão extrema que ela precisou ter as duas pernas amputadas. Também na capital paulista, um homem entrou armado na pastelaria onde sua ex-companheira trabalhava e efetuou ao menos seis disparos contra ela poucos dias após o término do relacionamento.

No Sul do país, o assassinato de Catarina Kasten, atacada, estuprada e morta durante uma trilha, gerou comoção nacional e reforçou a sensação permanente de insegurança que pesa sobre a vida das mulheres, mesmo em ambientes considerados públicos e abertos.

Separados por poucos dias e ocorridos em diferentes regiões, esses casos mostram que o intervalo entre a autonomia feminina e a violência é cada vez mais estreito. Em praticamente todas as situações, o agressor é um homem com vínculo íntimo ou afetivo com a vítima, o que confirma o caráter doméstico e relacional da violência patriarcal. A brutalidade não se expressa somente no ato físico que mutila ou tira vidas, mas também no desejo de punição e controle exercido sobre mulheres que rompem ciclos de dominação, encerram relacionamentos ou simplesmente afirmam sua vontade.

O caso de Thiago da Cruz Schoba acende mais um alerta sobre como a misoginia é encarada, dentro do modo de produção capitalista, como um dentre vários discursos reacionários disponíveis para assegurar papéis de gênero que garantem a produção e reprodução social. Esse discurso reforça e aprofunda a ideia de que mulheres estão mais aptas ao trabalho doméstico e de cuidado, enquanto homens devem preencher o espaço público.

Quando episódios como esses são tão comuns e repercutem de maneira ampla, é preciso ir além de uma simples constatação dessa característica estrutural do feminicídio e da violência de gênero. A lógica liberal para enfrentar esse problema não só atribui sua existência à cultura e à estrutura – sem especificar seu caráter econômico, sobretudo –, como frequentemente amplifica soluções individuais como saída.

Ao mesmo tempo, as soluções que as políticas de segurança pública têm dado para os casos de feminicídio (como legalizar a venda de spray de pimenta para defesa feminina) parecem não sair do lugar justamente porque não atacam a sua determinante condicional: o modo de produção capitalista, que se fortalece com padrões sociais de gênero opressivos que subjugam mulheres e controlam seus corpos a partir dos interesses das classes dominantes.

As raízes do problema da violência de gênero

Desde sua promulgação, a Lei Maria da Penha foi enaltecida como marco civilizatório no combate à violência doméstica e familiar. Juridicamente, por violência doméstica e familiar entende-se uma série de crimes que são cometidos no âmbito doméstico e familiar, que podem conter violências físicas, psicológicas, sexuais e patrimoniais, enquanto o feminicídio é o homicídio qualificado que acontece em razão do gênero. No entanto, toda forma de violência contra a mulher decorre de um mesmo sistema, sendo o feminicídio a sua expressão máxima.

Mesmo após a tipificação do feminicídio, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2015, os dados sobre violência contra a mulher marcam um aumento recorde e resultados questionáveis. Entre eles: subnotificação, falhas no registro e acompanhamento dos casos, insuficiente capacitação institucional, e uma carência de políticas preventivas integradas (educação, saúde, assistência social) que atuem sobre as raízes da violência. O problema da subnotificação, por exemplo, é um dos mais centrais, já que ataca frontalmente a capacidade de desenvolvimento e publicação de estatísticas e dados que consigam de fato demonstrar possíveis avanços e retrocessos.

Isso revela um ponto importante: a saída por meio do aumento do punitivismo, de maneira isolada, pode ser até contraproducente se não for acompanhada de um profundo processo de esclarecimento sobre as reais raízes do problema, com base no estudo dos dados disponíveis. A negligência em visibilizar todos os dados (como raça, classe, histórico de violência, contextos familiares, cruzamento de dados oriundos dos tribunais, etc.) transforma o sistema de dados público em um espelho parcial da realidade e legitima discursos punitivistas que pouco fazem para evitar a repetição e a continuidade da violência.

Enquanto a mídia burguesa, em defesa de sua classe, repercute a necessidade de encarar esse problema pela via de uma transformação cultural, ou até mesmo meramente como um caso solucionável pela educação, o Brasil vem testemunhando uma série de ataques coordenados contra os direitos reprodutivos de mulheres e pessoas que gestam. O PL 1904/2024 (em tramitação) busca equiparar o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples. A proposta visa penalizar com até 20 anos de reclusão mulheres que realizem o aborto, inclusive nos casos de estupro. Esse e outros projetos que atacam serviços públicos que garantem o acesso ao aborto configuram, na prática, uma forma institucional de normalizar a punição de mulheres que muitas vezes são duplamente vitimadas: por violência sexual e pela violência do Estado.

A violência de gênero encontra seu terreno mais fértil na soma entre o pleno funcionamento de uma estrutura que ataca os direitos de mulheres e pessoas que gestam com o modo de produção que perpetua a divisão sexual do trabalho e distingue socialmente os papéis de gênero. Associar essa ofensiva reacionária aos índices de feminicídio revela o mesmo padrão: o controle de corpos pelo Estado. Esse arranjo não se sustenta apenas por normas culturais, mas por interesses materiais e de classe. A violência de gênero, assim, funciona como mecanismo de controle, intimidação e submissão. É, portanto, fundamental ao funcionamento do capitalismo.

Enquanto se assentar na lógica da exploração, qualquer solução, criminal ou institucional, que não tenha o franco objetivo de mostrar e combater, de maneira transparente e com base nos dados, o real sustentáculo da violência de gênero, não produzirá senão reduções mínimas nas estatísticas já frágeis. Da mesma forma, soluções liberais, que aguardam que uma suposta igualdade econômica entre gêneros magicamente cairá dos céus para acabar com a violência de gênero, entram em contradição com a própria manutenção da sociedade de classes.

Esse é o momento de esclarecer que não há possibilidade de transformação cultural que alcance a erradicação de violências que só ocorrem porque o capitalismo utiliza do modelo de sociedade patriarcal para perpetuação de sua dominação de classe. Para a emancipação de todas as mulheres é preciso que haja uma ruptura revolucionária por meio da ditadura do proletariado.

Ato em 8 de março de 2025, em Curitiba. Foto: Franthesco Fioravanço/Jornal O Futuro

Cultura e Movimentos Sociais

2ª Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver: Gênero, Raça e Resistência nas Ruas

A segunda edição da Marcha das Mulheres Negras, realizada no dia 25 de novembro, contou com representantes de diferentes regiões do Brasil, que, reunidas, passaram a ocupar as ruas de Brasília marchando e levantando a pauta "por reparação e bem viver". A atividade destacou o papel central da mulher negra na luta contra as desigualdades estruturais que sustentam o país. Estiveram na marcha deste ano mais de 300 mil mulheres de todo o país, além de representantes de outros 40 países, que chegaram à Esplanada dos Ministérios para uma grande e importante mobilização política do movimento negro da última década.

A marcha é organizada desde 2015 e reúne mulheres quilombolas, ribeirinhas, do campo, urbanas, periféricas, acadêmicas, artistas e trabalhadoras organizadas em diversos coletivos. Trata-se de uma articulação nacional formada por Comitês Impulsores Estaduais, Municipais e Regionais, mobilizados por mulheres negras — sejam elas integrantes de organizações, grupos comunitários ou militantes independentes — e conta com parcerias de instituições do Governo Federal. Desde seus primeiros passos, a marcha organizou-se em torno de um projeto de reivindicação ao acesso à saúde, educação, moradia e bem-estar da população negra, inspirada nos movimentos latino-americanos e afro-diaspóricos.

Ao final da marcha, foi elaborada a Carta das Mulheres Negras, que reuniu as seguintes posições:

1. Reconhecimento público, pelo Estado brasileiro, da dívida histórica material e imaterial por ato normativo do Presidente da República;
2. Criação do Fundo Nacional de Reparação para compensação dos prejuízos causados pela escravização e colonização, de duração indeterminada — até a equiparação das condições socioeconômicas entre os diferentes segmentos raciais da população brasileira;
3. Subsídio a projetos de pesquisa específicos sobre a dívida histórica, especialmente focados na investigação de indenizações pagas em decorrência de legislações abolicionistas;
4. Estabelecimento de processos de ressarcimento progressivo pelas famílias e negócios beneficiários das indenizações mencionadas no tópico anterior, que devem ser destinados ao Fundo Nacional de Reparação;
5. Reanálise e anistia de dívidas de financiamentos estudantis da população negra;
6. Reanálise e anistia de dívidas de financiamentos para moradia de pessoas negras;
7. Extinção do laudêmio para fins de regularização fundiária de imóveis para pessoas negras;
8. Implementação de regimes previdenciários especiais, atentando para as particularidades dos trabalhos informais e garantindo condições especiais de aposentadoria para categorias de trabalhos braçais ocupados majoritariamente por pessoas negras, como serviços de construção civil, trabalho doméstico, serviços gerais de limpeza e manutenção, entre outros;
9. Incentivo e subsídio para a criação de equipamentos/centros de memória (museus, centros de pesquisa, bibliotecas) da escravidão em todos os estados federativos;
10. Emenda Constitucional que preveja a distribuição das vagas nos Tribunais Superiores com proporcionalidade de raça e gênero;
11. Emenda Constitucional que garanta a paridade de raça e gênero em cargos eletivos de todas as casas legislativas e nos poderes executivos.

O desafio das mulheres negras no Brasil

A mobilização se insere em um contexto social marcado por indicadores preocupantes em relação à violência contra mulheres. E, tratando-se de mulheres negras, os dados demonstram aumentos significativos diante da conjuntura política de crise econômica, retrocessos institucionais e aumento da violência de gênero e racial.
No segundo trimestre de 2024, o desemprego entre mulheres negras foi de 10,1%, mais que o dobro do registrado entre homens não negros (4,6%). Elas ocupam mais empregos informais (43,3%) e recebem, em média, 46% do rendimento de um homem branco (IBGE/PNAD). Esses dados demonstram uma combinação de fatores estruturais: além de barreiras de entrada e permanência no mercado formal, as mulheres geralmente assumem a maior parte dos cuidados domésticos e familiares. Esse exemplo de divisão sexual e racial do trabalho é uma das heranças diretas do escravismo que permanece sustentada pelo sistema capitalista, mantendo essas mulheres em posições subalternizadas para garantir mão de obra barata, trabalho de cuidado em geral e controle social.
Num país como o Brasil, marcado por escravidão, patriarcado e concentração extrema de riqueza, a desigualdade não é acidente: é ferramenta. Por isso, pautar a luta em defesa das mulheres negras é lembrar que a emancipação das mulheres negras virá pela transformação das estruturas econômicas que produzem exploração, desigualdade e opressão. Superar o capitalismo é construir outra forma de produzir e viver!

Precarização na organização da marcha desperta debate sobre as formas do bem viver

Durante a realização da marcha, os episódios acerca das condições de insalubridade no alojamento e das demais condições de acessibilidade no espaço do evento geraram indignação das delegações participantes — mulheres de diferentes idades, inclusive com condições de saúde sensíveis — que relataram a falta de estruturas básicas no espaço de alojamento na Granja do Torto, local destinado originalmente a cavalos.

Devemos, antes de tudo, enfatizar que o evento foi composto por várias organizações que vêm lutando pelos direitos das mulheres negras há anos, e a crítica não visa questionar sua legitimidade nessa luta, mas sim reivindicar seu caráter de classe, bem como denunciar os aspectos liberais reproduzidos pelas instituições burguesas também envolvidas na organização. Mas é importantíssimo ressaltar que, enquanto lideranças dos movimentos negros estavam alojadas em hotéis e tinham à disposição banheiros com chuveiros e energia elétrica, parte das militantes, depois de várias horas de viagem, foi alojada em estábulos sem água ou energia, tendo de dormir sobre uma lona que cobria o que poucos dias antes estava repleto de esterco e de todo tipo de sujeira proveniente da criação de gado.

Segundo os organizadores, "o local estava limpo faz dias", o que não corresponde à realidade, pois o espaço ainda cheirava forte. Mesmo com as mulheres tentando resolver a situação, pouca coisa mudou. "O problema só foi ter uma resolução quando os vídeos (de denúncia) começaram a ser divulgados", relata uma das militantes presentes. Mas o abandono dessas mulheres seguiu: elas dormiram mais uma noite no estábulo e continuaram sem energia e sem água.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, disse em entrevista ao jornal Metrópoles que a marcha "é um movimento do qual nos faz sentir muito orgulho. Nós estamos aqui pelo bem viver. Hoje é por todas nós para que a gente definitivamente passe a pensar num projeto político voltado para a gente. Nós, mulheres negras, somos a base desse país". Contudo, diante da realidade vivida, reparação e bem viver são palavras fortes quando analisamos as condições às quais as mulheres negras foram submetidas nesse evento.

Em sequência ao descaso sofrido pelas participantes da marcha, notou-se também negligência em relação à alimentação. Mesmo com a ciência de que as mulheres chegariam à cidade por volta da tarde, após enfrentar horas de estrada, a recepção do evento foi tardia, e a alimentação só foi disponibilizada às 19 horas. Com a repercussão dos vídeos de denúncia, a primeira preocupação das organizadoras foi perguntar por que estavam gravando, afirmando que aquilo "sujaria a imagem da marcha" e que "roupa suja se lava em casa".

Em contrapartida, tivemos conhecimento de que pessoas mais conhecidas da marcha estavam em hotéis e, quando questionadas, as organizadoras mais uma vez afirmaram que "pagaram do próprio bolso", gerando sensação de desconfiança e evidenciando uma hierarquização das relações — o que demonstra o descaso com as mulheres trabalhadoras presentes, mulheres negras que geralmente estão nos piores empregos e recebem os piores salários. Enquanto umas obtiveram melhores e maiores condições, outras passaram mais uma noite nessa situação humilhante, com falta de água, comida e luz, sem consideração pelo bem-estar de pessoas com comorbidades, crianças e idosos.

Em nota publicada pelo perfil do evento sobre as denúncias, foi feita a seguinte declaração: "assim que os primeiros relatos chegaram [...] o Comitê Nacional apurou os fatos e interviu na intenção de acolher a todas" e que "estruturas para eventos desta natureza sempre são desafiadoras". Mesmo diante de um espaço que discute temáticas que abordam a reparação histórica e a dignidade da mulher negra, este episódio no estábulo da Granja do Torto demonstra a falha no compromisso com a luta antirracista e a manutenção do ciclo de violência e de quebra da construção coletiva.

Foto: Juh Pompeu/Reprodução

Juventude

Mesmo com desfinanciamento, universidades públicas são as melhores do país em ranking

Edição anual do Ranking Universitário da Folha de São Paulo ainda evidenciou as defasagens de universidades de massa onde a maioria trabalhadora precisa estudar.

Publicada no início de novembro deste ano, a mais recente edição do Ranking Universitário da Folha (RUF), que avalia todas as 204 universidades brasileiras, mostrou, mais uma vez, a hegemonia das instituições públicas, que mesmo em um contexto de desfinanciamento e desvalorização da ciência, conseguem manter padrões de qualidade no ensino e na pesquisa.

Para a elaboração anual, o RUF utiliza cinco critérios: Pesquisa (com nove componentes e 42% do desempenho total), Ensino (com quatro componentes e 32% do desempenho total), Mercado (um componente e 18% do desempenho total), Inovação (dois componentes e 4% do total) e Internacionalização (dois componentes e 4% do desempenho total).

As bases de dados para avaliação de cada um dos critérios varia desde as mais científicas, como o Censo da Educação Superior, do Ministério da Educação (MEC) e o número de publicações na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), até a mais subjetiva, como "a opinião de empregadores sobre preferências de contratação".

Em entrevista ao Jornal USP, a pesquisadora Solange Maria dos Santos, que estuda rankings universitários, explica que não existe um conjunto de critérios aceitos de forma unânime para medir a qualidade das universidades. Por isso, ao selecionar, privilegiar e atribuir peso a um indicador específico, cada ranking apresenta sua visão do que considera qualidade. "Sendo assim, é importante ter em mente que os rankings não são instrumentos neutros, mas sim construídos e utilizados intencionalmente, para fins e contextos específicos", aponta.

Solange também chama a atenção para a possibilidade da inclusão de indicadores de qualidade subjetivos ter a intenção de destacar instituições privadas para além dos tópicos em que estas estão abaixo das públicas. "[Há também] indicadores nos quais universidades privadas mais se destacam, já que a instituição responsável por produzir o ranking precisa obter lucro que justifique continuar a publicá-lo".

Quais são as melhores universidades no RUF?

Na edição 2025 do RUF, 100% das 20 universidades mais bem avaliadas são públicas estaduais ou federais. No top 50, apenas cinco são instituições privadas, e todas elas — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), do Rio de Janeiro (PUC-RIO), do Paraná (PUCPR); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Universidade Presbiteriana Mackenzie — são consideradas universidades de elite, com mensalidades que variam de 11 a 16 mil reais no curso de medicina, por exemplo. Já entre as 100 mais bem avaliadas, 74% são públicas.

O que os dados do ranking da Folha apontam, ainda, são três obstáculos diferentes para o acesso ao ensino superior de qualidade: a barreira do vestibular para ingressar e a falta de vagas suficientes em instituições públicas e a limitação financeira para estudar em universidades particulares que de fato oferecem uma boa formação.

Neste cenário, quem mais lucra são as universidades e instituições de ensino superior privadas e de massa, com mensalidades mais acessíveis para estudantes que podem trabalhar durante o dia e estudar à noite, ou optar pela Educação a Distância (EaD). Em 2024, as instituições privadas ultrapassaram oito milhões de matrículas, concentrando, assim, mais de 80% dos estudantes de graduação de todo o Brasil, de acordo com o Censo da Educação Superior.

Quando o RUF olha para estas universidades privadas, como a Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (Unopar) ou a Universidade Anhanguera (Uniderp), que oferecem mensalidades a partir de R$ 99,00, por exemplo, fica evidente a falta de qualidade na formação. Na Unopar, que aparece na 155º no ranking geral, a nota para o indicador de ensino é de 4,58 pontos, enquanto na Uniderp, 185ª colocada, a pontuação no mesmo indicador é de 2,46.

Em comparação com o topo do ranking, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ambas públicas e que ocupam a 1ª e a 2ª colocação, as notas no indicador de ensino são, respectivamente, 31,06 e 31,77.

Como fica o ranking considerando apenas ensino e pesquisa?

Se com todos os critérios de avaliação adotados pelo RUF e seus clientes publicitários as universidades públicas ainda são maioria entre as melhores colocadas, quando avalia-se apenas os indicadores de ensino e pesquisa, que podem ser aferidos por órgãos oficiais de educação e de fomento à ciência, a discrepância de qualidade em relação ao setor privado fica ainda mais evidente.

Entre as 100 instituições mais bem avaliadas quando o assunto é ensino e pesquisa, 88% são públicas e a mais bem ranqueada entre as privadas só aparece na 20ª posição. Diminuindo o recorte, 88% das 50 melhores universidades do RUF 2025 são públicas, e entre as 20 mais bem avaliadas em ensino e pesquisa, 95% são de administrações públicas estaduais e federais.

Sindical

Petroleiros em greve protestam por liberdade sindical na REDUC

Petroleiros e apoiadores no segundo dia de greve na REDUC. Foto: Jornal O Futuro.

Por Gustavo Pedro

Os petroleiros da Refinaria Duque de Caxias realizaram, no dia 16 de dezembro, um ato por liberdade sindical e por um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que atenda às reivindicações dos trabalhadores. A greve nacional da categoria, iniciada no dia anterior, foi duramente reprimida no local. As cenas de violência policial contra sindicalistas no portão REDUC viralizaram nas redes sociais, o que motivou a chamada do ato.

Os sindicalistas Marcello Bernardo, secretário geral do Sindipetro Caxias, e Fernando Ramos, membro da CIPA, tiveram suas roupas rasgadas, foram jogados ao chão e sofreram contusões nos braços. Ramos recebeu voz de prisão ao filmar os policiais que buscavam amedrontar a categoria, enquanto Marcello foi detido por se solidarizar com o companheiro, ao abraçá-lo para que não fosse levado à força. Diante da flagrante ilegalidade da ação policial, não demorou para que ambos fossem liberados na delegacia.

A violência empregada pela PM, a serviço dos gestores da refinaria, demonstra como a direção da Petrobras recorre a todo tipo de prática antissindical para manter os privilégios dos acionistas da empresa.

Outra denúncia importante apresentada pelos petroleiros foi de que, desde o início da greve, a Petrobras estava impedindo a saída de trabalhadores dos seus postos na REDUC. Essa ação visa manter a produção na marra, cerceando o direito de greve. Há relatos de trabalhadores que permaneceram na refinaria por 36 horas – alguns precisaram de atendimento médico.

Segurança Pública

Tramitação do PL Antifacção no Senado expõe contradições do governo Lula na segurança pública

A tramitação do PL Antifacção no Senado revela as contradições do governo Lula, que, ao adotar medidas punitivistas para responder à pressão política, reforça agendas da direita sem enfrentar as raízes do crime organizado.

Após uma passagem turbulenta pela Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Antifacção (PL 5.582/2025) chegou ao Senado carregando polêmicas e disputas entre o governo e a própria Câmara. A proposta, concebida inicialmente pelo Executivo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi profundamente alterada pelos deputados. Agora, no Senado, o relator Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou um substitutivo que resgata pilares centrais do texto original do governo e desfaz alguns dos pontos mais controversos aprovados na Câmara.

A redação feita por Vieira abandona as principais inovações propostas pelo relator da Câmara, Guilherme Derrite (PP-SP), que havia criado um novo "Marco Legal de Combate ao Crime Organizado", baseado em tipos penais como "domínio social estruturado" e "favorecimento ao domínio social estruturado", com penas que chegavam a 40 anos. A formulação, que funcionava como uma legislação paralela à Lei de Organizações Criminosas, apresentava o conceito de organização criminosa ultraviolenta — agora descartado pelo Senado.

No lugar disso, Vieira retoma a lógica original do governo: tipificar o crime de facção criminosa dentro da Lei de Orcrim, com penas de 15 a 30 anos. O relatório também iguala milícias privadas às facções, reorganiza regras de confisco de bens e devolve ao Tribunal do Júri a competência para julgar homicídios ligados ao crime organizado.

O substitutivo do Senado ainda elimina trechos considerados inconstitucionais por assessores da Casa, como o fim do auxílio-reclusão para dependentes de presos e a suspensão do voto de detentos provisórios. Outra novidade é a criação de um imposto sobre as apostas esportivas ("bets") para financiar políticas de combate ao crime organizado. Segundo Vieira, embora tenha revertido vários pontos, o projeto preserva penas duras: somadas diversas tipificações, condenações de lideranças podem chegar a 120 anos, com cumprimento de até 85% da pena em regime fechado.

O texto recebeu apoio tanto da base governista quanto da oposição. O senador Sérgio Moro (União-PR) elogiou a "solidez técnica" do relatório, afirmando que parte das sugestões apresentadas por ele foram incorporadas. O líder do PT, Rogério Carvalho (PT-SE), também aprovou o parecer, destacando o rigor contra crimes graves e a tentativa de abarcar novas formas de atuação das facções.

O relator, senador Alessandro Vieira, ao lado do senador Sergio Moro — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Um governo que tenta racionalizar o punitivismo

Como já destacou O *Futuro*, o PL Antifacção foi apresentado logo após a megaoperação policial no Rio de Janeiro, em 28 de outubro, nos complexos do Alemão e da Penha — ação comandada pelo governador Cláudio Castro, que terminou com 121 mortos, a maior chacina da história em operações do tipo. O governo federal, pressionado pela percepção de fragilidade no tema da segurança pública, buscou reagir legislativamente, apresentando um projeto para demonstrar protagonismo na área.

No entanto, como ressalta o criminalista Marco Alexandre Souza Serra, em artigo ao Brasil de Fato, o governo evitou politizar o episódio e confrontar diretamente a política de segurança do Rio. Nada foi proposto em relação à responsabilização pelos mortos, à assistência às famílias ou à prevenção de novas chacinas. Em vez disso, o Executivo optou por uma agenda de endurecimento penal — historicamente bandeira da direita — com novos tipos criminais e aumento de penas já altas.

Serra observa que o projeto parte do "clichê" de que facções crescem por falta de instrumentos legais e penas brandas, algo desmentido por décadas de pesquisa no Brasil. O texto original do governo já apostava em expressões vagas e de apelo retórico, abrindo margem para interpretações discricionárias por parte de polícias, promotores e juízes, e ampliando riscos de uso abusivo do poder punitivo.

A situação se agrava pelo envio do PL em regime de urgência, o que impediu a realização de um debate público robusto, envolvendo movimentos sociais, especialistas e universidades. A estratégia do governo permaneceu restrita à esfera institucional, impedindo a construção de uma disputa na opinião pública capaz de superar o senso comum na segurança pública.

Extrema direita empurra o debate ainda mais para a direita

Se o governo deu o primeiro passo ao adotar um discurso mais punitivista, a extrema direita na Câmara tratou de radicalizar o conteúdo. Guilherme Derrite — ex-secretário de segurança de Tarcísio de Freitas — transformou o PL numa versão inflamada de populismo penal, com tipos vagos e penas exorbitantes.

Agora, mesmo com o recuo promovido pelo Senado, o governo comemora como vitória um texto que permanece mais à direita que sua proposta original. O projeto continua apostando no aumento de penas como resposta ao crime organizado, mantendo a hegemonia ideológica da direita e os interesses da burguesia no debate sobre segurança.

PL Antifacção ignora o verdadeiro debate sobre o crime organizado

Embora o substitutivo do Senado recupere diretrizes importantes para investigações, ele ainda passa ao largo das causas estruturais da criminalidade organizada no Brasil. Não há qualquer enfrentamento ao regime econômico das mercadorias que cruzam o mercado legal e ilegal — base financeira das facções.

A contradição se aprofunda quando se observa que a política econômica do governo Lula segue preservando o legado das privatizações nos setores de produção e distribuição de combustíveis — sem qualquer movimento de reversão ou recomposição da capacidade estatal — ao mesmo tempo em que mantém a lógica de austeridade fiscal do novo teto de gastos e convive com a desregulamentação de setores estratégicos. Nesse ambiente, a ausência de controle público robusto facilita que organizações criminosas capturem mercados como o de combustíveis, partes do setor financeiro e serviços de transporte público, disputando espaços, manipulando preços e lucrando com fraudes e adulterações.

Marco Alexandre Souza Serra lembra que o PCC, por exemplo, opera menos por domínio territorial violento e mais por governança prisional, disciplina interna e redes econômicas diversificadas. Assim, medidas como as do PL Antifacção têm impacto limitado e atingem apenas facções mais ostensivas, como o Comando Vermelho.

O endurecimento penal, portanto, tende a produzir efeitos mais simbólicos do que concretos. Sem atingir o núcleo funcional das organizações, o projeto não apenas amplia o encarceramento em massa — especialmente de jovens negros e periféricos — como também aprofunda o genocídio dessa juventude, reforçando a seletividade penal, a militarização policial e a reprodução das mesmas estruturas repressivas já existentes.

Internacional

Classe trabalhadora italiana se levanta contra o orçamento de Meloni

As greves gerais na Itália demonstram que a classe trabalhadora italiana organizada rejeita o pacto de austeridade e guerra imposto pelo governo Meloni. A oposição aos cortes, à guerra e ao genocídio do povo palestino formam uma só frente de luta.

A Itália se tornou palco de um intenso e politicamente carregado ciclo de lutas da classe trabalhadora, culminando em duas greves gerais que expuseram a profunda crise social e a escalada militarista imposta pelo governo de extrema-direita de Giorgia Meloni.

As mobilizações, especialmente a greve geral de 28 de novembro, convocada pelos sindicatos de base, e a subsequente de 12 de dezembro, organizada pela Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), revelaram uma clara divisão entre a vanguarda operária e a burocracia sindical, tendo a Fronte Comunista (FC) e a Fronte della Gioventù Comunista (FGC) como importantes forças na radicalização das pautas.

O pano de fundo do irromper desta revolta popular é o projeto de lei orçamentária do governo Meloni para 2026, uma legislação que a base sindical combativa e as organizações comunistas têm denunciado como Orçamento de Guerra e Austeridade. A política de Meloni, alinhada aos ditames da União Europeia e da OTAN, tem transformado a vida dos trabalhadores italianos em uma tragédia social, onde os cortes em serviços essenciais financiam o rearmamento e a cumplicidade com o imperialismo.

O projeto orçamentário de Meloni para 2026 é o alvo central da denúncia. Sob o pretexto de reduzir o déficit público para menos de 3% do Produto Interno Bruto – uma exigência da União Europeia para acesso a fundos –, o governo planeja cortes drásticos em áreas sociais vitais, como saúde, educação e previdência.

A natureza regressiva do plano é ainda mais evidente na reforma do imposto de renda (IRPEF), que, segundo análises, beneficia desproporcionalmente os altos salários. Enquanto dirigentes podem ter um ganho de 408 euros, os operários recebem apenas 23 euros, evidenciando que a austeridade é seletiva e a favor da classe dominante.

As medidas práticas de austeridade, que dão o tom da tragédia social iminente, incluem cortes substanciais nos gastos com a saúde pública, um setor que, na Itália, já foi muito fragilizado pela pandemia, e redução de benefícios previdenciários, precarizando a vida dos idosos e dos mais vulneráveis.

No campo da educação, as reformas de Meloni atacam diretamente a educação pública, de natureza eminentemente repressiva, com cortes de fundos e intensificação da alternância escola-trabalho, visando transformar a juventude em mão de obra barata e despolitizada.

Reprodução/Foto: Fronte Comunista.

Em contrapartida aos cortes sociais, o orçamento prevê um aumento substancial nos gastos militares, em um movimento de alinhamento com as exigências da OTAN para que os países membros atinjam 2% do PIB em "defesa". O plano é aumentar o gasto militar dos atuais 45 bilhões de euros para 150 bilhões de euros por ano até 2035, alocando recursos da esfera social para o complexo industrial-militar.

Foi contra este cenário de desmonte social e militarismo crescente que a classe trabalhadora italiana se levantou. A resposta veio com a greve geral de 28 de novembro, que não apenas paralisou o país, mas também politizou a luta, unindo as pautas econômicas à condenação da política externa imperialista do governo Meloni.

A greve geral de 28 de novembro, convocada pela Unione Sindicato di Base (USB) e outras organizações de base, representou o ponto mais alto da resistência operária. A adesão foi notadamente ampla e significativa, paralisando setores estratégicos da economia do país. Trens, ônibus, serviços públicos e até mesmo a imprensa foram afetados, demonstrando a capacidade de mobilização dos sindicatos de base, que se opuseram à política de divisão da principal confederação sindical.

A pauta desta greve não se limitou a reivindicações econômicas, mas assumiu um caráter profundamente político e anti-imperialista. A FC e a FGC, que participaram ativamente da convocação e das manifestações, deixaram clara a indissociabilidade entre a luta interna e a internacional:

> *FC e FGC organizaram um grande bloco comunista sob o lema "VAMOS EXPULSAR O GOVERNO CÚMPLICE DO GENOCÍDIO", que atingiu um tamanho expressivo, demonstrando a força e a vitalidade dos comunistas aos olhos de milhares de pessoas, energizando a marcha com palavras de ordem combativas contra o governo, contra o imperialismo e contra os planos EUA-EU-OTAN ativamente apoiados pelos capitalistas italianos, e em apoio à luta pela libertação da Palestina.*

A conexão entre a austeridade interna e a política externa belicista é o ponto central da análise da Fronte Comunista. A luta contra o orçamento de guerra é, intrinsecamente, a luta contra o imperialismo, e o papel da Itália de Meloni no genocídio do povo palestino é uma das principais bandeiras de denúncia.

O governo Meloni tem sido centro de importantes denúncias por sua cumplicidade política com o genocídio em Gaza. A própria Premiê foi denunciada ao Tribunal Penal Internacional por cumplicidade em genocídio em outubro de 2025, uma acusação que ela tentou desqualificar, mas que reflete a percepção popular e a posição das organizações de vanguarda. Embora haja relatos de um embargo de armas contra Israel, política de fachada diante da pressão internacional contra a entidade sionista, a exigência dos comunistas italianos é pela ruptura total com o Estado sionista e o fim de qualquer apoio, denunciando o orçamento de guerra que apoia o imperialismo diretamente.

Esta postura de defesa do direito de resistência do povo palestino confere à luta na Itália um caráter de vanguarda no cenário europeu. A greve de 28 de novembro não é um evento isolado, mas a continuidade de um ciclo de mobilizações que demonstrou a crescente consciência política da juventude e da classe trabalhadora italiana.

As mobilizações anteriores, como a greve política de 3 de outubro e os bloqueios de 22 de setembro – este último em resposta ao ataque israelense à Flotilha Global Sumud –, estabeleceram a ligação orgânica entre a política interna e o imperialismo. A FC e a FGC veem a luta contra o orçamento de guerra e a solidariedade à Palestina como frentes inseparáveis.

A linha política da Fronte Comunista e da FGC é clara: a luta de classes deve ser organizada e radicalizada. Eles criticam a burocracia sindical, especialmente a CGIL, por tentar dividir o movimento. Em comunicado conjunto, a FC e a FGC reconhecem o ímpeto das mobilizações populares, mas alertam para a necessidade de uma vanguarda organizada para capitalizar a energia da luta.

Em contraste com a radicalidade e a amplitude política da greve de 28 de novembro, a CGIL convocou sua própria mobilização para 12 de dezembro. Embora a pauta oficial inclua "paz, justiça social e defesa dos salários", a CGIL é criticada pelos sindicatos de base e pelos comunistas por sua recusa em convergir com a greve de novembro, em uma manobra para controlar o descontentamento da base e dividir o movimento.

A direção da CGIL, ao se recusar a romper com as políticas de austeridade e militarização do governo Meloni, tenta arrefecer a luta em vez de levá-la às últimas consequências. A divisão imposta pela burocracia sindical, no entanto, não conseguiu conter o ímpeto da base, que, liderada por organizações como a Fronte Comunista, demonstra que a verdadeira unidade da classe trabalhadora se constrói na luta intransigente contra o capital e o imperialismo.

As greves gerais de novembro e dezembro de 2025 na Itália transcendem a mera disputa por aumento salarial. Elas demonstram a organização da classe trabalhadora italiana, que rejeita o pacto de austeridade e guerra imposto pelo governo Meloni. A luta contra os cortes na saúde e educação, a oposição ao rearmamento da OTAN e a solidariedade incondicional ao povo palestino formam um único e indivisível front de combate.

Enquanto a burocracia sindical tenta cooptar e dividir o movimento, a base demonstra que a única resposta eficaz à ofensiva imperialista e de classe é a organização e a luta, reafirmando que a história da Itália, e a do mundo, será escrita nas ruas e nos locais de trabalho, e não nos gabinetes.

Segurança Pública

PF investiga invasão de pistoleiros do agro que assassinou indígena Guarani-Kaiowá em Iguatemi (MS)

Enquanto burgueses, latifundiários e chefes de Estado negociam a natureza em espaços como a COP 30, o agronegócio brasileiro segue invadindo territórios e assassinando indígenas de todo país.

Em novembro, enquanto chefes de Estado se reuniam no Pará para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), onde se discutiam soluções neoliberais de financeirização da natureza, mais um indígena foi assassinado por pistoleiros em sua própria terra.

A invasão ocorreu na madrugada do dia 16 daquele mês, desta vez no tekoha Pyelito Kue, em Iguatemi (MS), Território Indígena (TI) denominado Iguatemipeguá I, juntamente com o Mbaraka'y, e delimitado com 41,5 mil hectares via Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) publicado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 2013. Apesar disso, hoje a comunidade reside em uma área de cerca de 100 hectares, com o processo de demarcação estagnado desde então.

Consequentemente, quando se vendia o ideal de capitalismo verde na COP 30, vinte homens fortemente armados, pistoleiros da milícia do agronegócio, invadiram a aldeia e assassinaram um homem Guarani-Kaiowá de 36 anos, Vicente Fernandes Vilhalva, com um tiro na testa. Por meio de nota em rede social, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) informou também que ao menos três outras pessoas foram atingidas, sendo dois adolescentes e uma mulher.

Retomada da Fazenda Cachoeira, sobreposta à TI Iguatemipeguá I, em Iguatemi – MS, Foto: Gabriela Moncau/O Joio e O Trigo.

Os Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue frente ao latifúndio

De acordo com os próprios Guarani-Kaiowá, é possível que PMs e policiais do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) estejam entre os atiradores, uma vez que, em outubro, a comunidade iniciou o processo de retomada de uma parte de seu território e, desde então, segue sofrendo ataques promovidos pelos ruralistas. Este, apontado pelos indígenas como o quarto episódio de violência, foi o mais brutal.

Os indígenas da comunidade se voltaram mais uma vez à Fazenda Cachoeira, não só identificada como também delimitada enquanto TI pela Funai há mais de uma década, mesmo após constantes ameaças, para garantir a devida demarcação, visando combater a fome de seu povo.

A área correspondente aos tekohas Pyelito Kue e Mbaraka'y, hoje é arrendada por duas empresas de produção e exportação de carne, como destaca a matéria de Gabriela Moncau publicada no site "O Joio e O Trigo". São elas a Agropecuária Santa Cruz, da família Grapeggia, fundada em 1977 na cidade de Cascavel (PR), e a Agropecuária Guaxuma, de Marcos Alexandre Domingues e Mauro Sérgio Domingues, fundada em 2018.

No início do ano, Vander Masson (União Brasil-MT), prefeito de Tangará da Serra (MT), anunciou Alceu Grapeggia para assumir a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do município. Mauro Sérgio Domingues, sócio da Agropecuária Guaxuma, da Agroindustrial Iguatemi e da empresa Floteca (comércio atacadista de madeira e exportação) esteve, também no início de 2025, com o prefeito do município de Iguatemi, Lídio Ledesma (PSDB), para oficializar a assinatura do termo de posse da área doada pelo município à Iguatemi Foods. Em postagem nas redes sociais, a prefeitura afirma que a aquisição da chácara foi viabilizada por meio de uma parceria entre a Prefeitura de Iguatemi e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Além disso, por ser presidente do conselho fiscal da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Mauro Sérgio Domingues esteve presente na COP 30, em Belém (PA). A Associação, com empresas em áreas sobrepostas a terras indígenas, participou de mesas que abordavam temas como sustentabilidade da pecuária e inovação tecnológica.

Enquanto ruralistas roubam, matam e ganham mais terras do Estado para expandir o latifúndio, cerca de 120 famílias Guarani-Kaiowá vivem em 97 hectares de terra traçados a partir de um acordo judicial de 2014. Essas pessoas denunciam estar entre eucaliptos e pastagens das fazendas Cachoeira e Cambará e, portanto, passando fome por não conseguirem plantar nem pescar por risco de serem alvejadas. Hoje, sobrevivem dos poucos alimentos, por vezes industrializados, vindos da cesta básica mensal. Os custos de ida à cidade para a compra de alimentos impõem uma restrição material a mais aos indígenas.

Em nota oficial, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) afirma que "as retomadas dos indígenas Guarani-Kaiowá na região se intensificaram nos últimos meses com o objetivo de frear a pulverização de agrotóxicos, que vem causando adoecimento e gerando insegurança hídrica e alimentar"

A investigação do assassinato

Na cidade de Naviraí (MS), a PF iniciou a Operação Teko Porã no final de novembro. Com o mandado de busca e apreensão, apreenderam seis dispositivos eletrônicos no endereço dos investigados. Enquanto isso, outra equipe ficou responsável por investigar o local do assassinato, examinando vestígios e coletando elementos que comprovem a posição dos atiradores e como se deu o crime.

O MPI e a Funai, em nota conjunta, afirmaram que acionaram órgãos de segurança pública e acompanham as ações federais na região.

A luta pela terra, para além da COP 30

Um ano marcado por contínuos auxílios às milícias rurais, como o Movimento Invasão Zero e o próprio Projeto de Lei 2.159/2021 (PL da Devastação), não merece ser celebrado em Conferência. Não é possível tratar de questões ambientais sem discutir sobre a demarcação de terras tradicionais.

Quando se trata da manutenção das vegetações nativas das TIs no Brasil, nos últimos 30 anos foram perdidas apenas 1,2%, enquanto nas áreas privadas, 19,9%. Ainda sobre a pesquisa do MapBiomas, sabe-se que apenas 0,6 milhão de hectares desmatados recaem sobre as áreas ocupadas pelos povos originários, equivalente a 0,9% de toda a perda de vegetação nativa nos últimos 30 anos, sendo que nas áreas privadas a perda chegou a 44,8 milhões de hectares.

O assassinato de Vicente não foi um crime avulso, mas a consequência da plena disposição das terras aos latifundiários e suas agromilícias por parte do Estado. É em Mato Grosso do Sul, responsável por concentrar 341 grandes latifúndios e possuir a maior proporção de área dedicada à agricultura (81,6%), onde acontece o verdadeiro conflito entre onde acontece o verdadeiro conflito entre os grupos armados por grandes proprietários de terras e as formas de viver dos Guarani-Kaiowá.

Com isso em mente, milhares de indígenas marcharam ao som do lema "A Resposta Somos Nós", durante a COP 30 em Belém, exigindo a demarcação urgente de suas terras ancestrais. Assim, além de viverem em harmonia com suas devidas culturas asseguradas, seriam capazes de proteger de fato os ecossistemas dos quais o mundo depende para enfrentar a crise climática.

Não é possível sustentar a imagem de COP das COPs, por sermos um país diverso em cultura, ao mesmo tempo que o Estado brasileiro corrobora com a desapropriação de terras e, portanto, com a perseguição e morte de povos tradicionais de Norte a Sul do país. Não há segurança no campo quando o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), fomenta ainda mais o agronegócio brasileiro ao lançar o Plano Safra 2025/2026 com recursos na ordem de R$ 516,2 bilhões destinados à agricultura empresarial. Ou seja, um acréscimo de R$ 8 bilhões em relação à safra anterior.

Fundos, incentivos e o apoio a créditos de carbono não irão interromper o colapso que o planeta sofre. Não há possibilidade de se alcançar uma sustentabilidade real no sistema capitalista, um modo de produção no qual o lucro se coloca à frente da própria finitude da Terra. Nele, "as soluções" serão sempre mascaradas e articuladas pelas burguesias imperialistas com apoio de suas "sócias menores" nos países dependentes, que lucram com o petróleo, mineração e demais formas de exploração predatória da natureza. No Brasil, poucas famílias detentoras de terras continuarão lucrando com o agronegócio e com o garimpo, com a apropriação da terra e o envenenamento do solo.

Amazônia

O triste destino dos Mura e a inevitável exploração de potássio em Autazes (AM)

Frente Amazônica alerta para acordo de universidade e instituto federal com mineradora para projeto de exploração de potássio em Autazes (AM), que afeta diretamente o território dos Mura.

Povo Mura em manifestação contra a mineração em Terras Indígenas, em Autazes (AM). Foto: J. Rosha /Cimi Norte/Reprodução

No último dia 10 de novembro, a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (Famddi), divulgou uma nota de repúdio contra a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e outras instituições estaduais, devido a um acordo de cooperação com a empresa de fertilizantes Potássio do Brasil para garantir a mineração de potássio no município de Autazes, região metropolitana de Manaus. O projeto Potássio Autazes incide sobre área tradicional e as minas afetam diretamente territórios protegidos da comunidade indígena Mura, que não foi consultada pelas autoridades.

Na nota, a Famddi diz que essa atitude fere o propósito de existência das duas instituições, pois o empreendimento está alinhado política e institucionalmente a um projeto repleto de ilegalidades e riscos ambientais severos para a região. A nota também diz que "os documentos técnicos e jurídicos apontam fracionamento indevido do licenciamento ambiental, falhas graves no estudo de impacto ambiental e ausência de consulta prévia, livre e informada, conforme determina a Convenção 169 da OIT". O Projeto Potássio Autazes foi idealizado pela empresa Potássio do Brasil Ltda., subsidiária da Brazil Potash Corp., que, por sua vez, pertence ao banco de investimentos canadense Forbes & Manhattan (F&M), um importante banco privado com foco global nos setores de mineração, tecnologia, telecomunicações e jogos online.

O interesse no potássio brasileiro não é recente. Desde 2009, a empresa vinha tentando fazer o projeto avançar, até que em setembro de 2012 anunciaram o início do empreendimento. Foi apenas em 2015, no entanto, que a Agência Nacional de Mineração (ANM) concedeu a licença ambiental prévia dada pelo IPAAM. Em 2016, o Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM) propôs uma Ação Civil Pública contra a Potássio do Brasil, o IPAAM e a FUNAI. Segundo o MPF, a licença que a empresa obteve era irregular, pois o IPAAM não poderia autorizar a realização de estudos, dar licenças ambientais e tampouco autorizar a instalação de estruturas rodoviárias e portuárias, por se tratar de área em território protegido.

A Potássio do Brasil questiona sobre a existência ou não de ocupação indígena na área, uma vez que o território ainda não está demarcado. Mas o MPF-AM relatou que existem provas da presença das comunidades Mura na região há pelo menos 200 anos. Contudo, o IBAMA manteve sua posição de que o órgão estadual, no caso o IPAAM, deveria realizar os processos de análise e licenciamento. Na mesma toada, o Tribunal Regional Federal da Sexta Região (TRF1) entendeu que o IPAAM poderia ficar responsável pelo licenciamento. No entanto, a instituição emitiu uma série de laudos questionáveis, e foi fracionando as licenças para que o processo andasse mais rápido. Ao mesmo tempo, os relatórios do próprio IPAAM classificaram os potenciais impactos ambientais da atividade como significativos. A Famddi também destaca que é o órgão federal de licenciamento ambiental que deve ficar responsável pelas licenças.

Em abril deste ano o TRF1 autorizou que a Potássio do Brasil começasse as atividades de mineração. Em maio, analisou apenas um recurso dos 19 apresentados pelo MPF-AM e depois de idas e vindas, manteve a decisão de autorizar a continuação do projeto em Autazes, já em outubro. As lideranças ressaltam que as instituições envolvidas negam "os direitos indígenas, apropria-se inadequadamente da causa indígena e afasta-se do esforço de formar alianças a partir dos interesses e dos valores dos povos indígenas." A Famddi pede que as duas instituições de ensino anulem os compromissos firmados com a mineradora e publiquem retratação oficial. Pedem, também, que o MPF e demais órgãos de controle investiguem a conduta das instituições e de gestores públicos que apoiam o empreendimento, como é o caso de Lúcio Rabelo, que já presidiu o IPAAM e também foi professor e dirigente do IFAM, hoje atuando como Assessor de Gestão de Meio Ambiente e Comunidade na Potássio do Brasil.

É importante ressaltar que o estado do Amazonas tem minas de potássio que somam 169 milhões de toneladas de minério – estima-se que esse volume possibilitaria o abastecimento do agronegócio brasileiro por 23 anos, reduzindo com isso a dependência do Brasil de fertilizantes estrangeiros. O projeto Potássio Autazes prevê a construção de um porto, uma planta industrial e uma estrada, que ligaria o porto à planta, bem como uma adutora e uma linha de transmissão. No município de Autazes, como citado anteriormente, estão situadas diversas terras ocupadas por indígenas da etnia Mura. As terras mais próximas das futuras instalações da mina são Jauary, Paracuhuba e Soares, esta última ainda não demarcada. De acordo com o MPF, o município de Autazes possui mais de 20 terras indígenas regularizadas ou em processo de demarcação.

Um estudo de caso realizado pela Unisinos demonstra que dentre os impactos desse tipo de atividade, o principal é o de a escavação atingir fontes de água subterrâneas e acabar inundando a mina, resultando em uma cratera irrecuperável na terra. A mineração em grande escala requer grandes quantidades de água, o que sempre resulta no esgotamento, desvio ou envenenamento do suprimento de águas das regiões exploradas. Além disso, a água pode ser contaminada de diversas formas, com altas quantidades de sal e outros contaminantes ou no empilhamento dos rejeitos em solo aberto. O estudo ambiental menciona que "70 a 80% dos rejeitos da extração serão acumulados em pilhas de sal tóxico de até 25 metros de altura, cinco vezes mais perigosos que os rejeitos de Brumadinho (MG)." Mesmo com o manuseio adequado dos rejeitos, os sais podem ser dissolvidos pela chuva e pela umidade do local. Essa água salobra vai parar nos rios de água doce da região, o que pode gerar uma mudança considerável no ecossistema.

A construção deste empreendimento afetará diretamente a aldeia Lago do Soares, e a Potássio do Brasil prometeu abertamente que construirá escolas, postos de saúde, e além disso, irá distribuir royalties e recursos ao povo Mura. Paralelamente a isso, lideranças do Conselho Indígena Mura (CIM) juntamente com o MPF têm recebido denúncias de coação, ameaças e assédio. Infelizmente, muitos indígenas acabaram sendo cooptados para aceitar o empreendimento, e para muitos, não há mais o que ser feito. A empresa iniciará suas atividades sem qualquer impedimento.

Mesmo assim os ataques vêm de todos os lados. Em retrospectiva, foi incluído no artigo 21 na lei 14.701/2023, conhecida como Marco Temporal o item que permite a "exploração de recursos minerais estratégicos". Tal inclusão foi baseada na sugestão de Luís Inácio Lucena Adams, que é membro da Câmara de Conciliação do Marco Temporal, mas também é integrante da equipe de advogados da Potássio do Brasil. Por fim, não podemos deixar de apontar que todo esse processo está de acordo com as políticas do governo do ex-presidente Bolsonaro, mas também com o governo atual, especialmente através do Ministério da Agricultura de Carlos Fávaro (PSD), e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Vice-Presidente Geraldo Alckmin. Assim, temos governo, instituições de ensino superior e órgãos públicos alinhados com a exploração predatória de recursos e o massacre de comunidades tradicionais.

Sindical

Ministério do Trabalho protege empresas flagradas em fiscalização contra o trabalho escravo

Em decisão sem precedentes, ministro Luiz Marinho avoca processos e barra entrada de grandes grupos empresariais na "Lista Suja" do trabalho escravo, gerando crise institucional e protestos de fiscais e entidades.

Por Alessandro Lima

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Anafitra) moveu uma ofensiva jurídica de peso contra a interferência do Ministério do Trabalho em um dos casos mais emblemáticos de exploração laboral do ano. O alvo da ação é o próprio instrumento legal que permitiu ao ministro Luiz Marinho "avocar" — assumir para si — o processo administrativo contra a Seara/JBS Aves, gigante do grupo JBS. O caso foi um movimento inédito dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e afetou a credibilidade do combate ao trabalho escravo no Brasil.

O processo busca declarar inconstitucional o Artigo 638 da CLT, de 1943, que permite ao ministro "avocar" processos. A entidade sustenta que a norma, anacrônica, transformou-se em instrumento para politizar a fiscalização, subordinar a técnica a interesses corporativos e violar direitos fundamentais dos trabalhadores, beneficiando grandes empresas autuadas por violações graves. A ação é uma tentativa de blindar definitivamente o combate ao trabalho escravo contra ingerências.

A JBS Aves havia sido autuada em maio por submeter trabalhadores de uma granja no Rio Grande do Sul a condições análogas à escravidão, com relatos de jornadas de até 16 horas, alojamentos precários, alimentação inadequada e endividamento ilegal por custos de transporte e comida. A terceirização, via empresa contratada, tentava ocultar a responsabilidade da holding do setor de carnes. Em vez de seguir o rito administrativo técnico, que culminaria na inclusão da empresa no Cadastro de Empregadores Responsabilizados por Exploração de Trabalho em Condições Análogas às de Escravo, a chamada "Lista Suja", o caso foi paralisado pela decisão pessoal do ministro.

A intervenção do ministro, portanto, barrou a inclusão da JBS e cancelou outros autos de infração recentes, marcando uma virada perigosa. A "avocação" mina a autonomia da fiscalização e estabelece um precedente de tratamento diferenciado para empresas de grande porte e poder econômico. "Isso equivale a anistiar quem explora seres humanos", acusa um auditor-fiscal que pediu anonimato por temer retaliações.

Alojamentos precários em ruínas, com paredes comprometidas e cobertura incompleta. Foto: Reprodução/MTE.

Trabalhador da MRJ em granja: caso em terceirizada levou JBS Aves a ser autuada por trabalho escravo. Foto: Reprodução/MTE.

A decisão do ministro Luiz Marinho não gerou apenas tensão política, mas desencadeou uma crise operacional direta no Ministério do Trabalho. Em protesto contra o que classificam como subordinação da técnica ao interesse político, auditores-fiscais do trabalho começaram a deixar cargos de coordenação e funções estratégicas na área de fiscalização.

Esses servidores, com anos de experiência no combate ao trabalho escravo, são os responsáveis pelo planejamento e execução das operações de resgate. Sua retirada de postos-chave desorganiza a cadeia de comando, paralisa investigações em andamento e esvazia o conhecimento tácito necessário para identificar as formas mais dissimuladas de exploração. Segundo fontes internas, o clima é de desmoralização, com receio de que novas intervenções passem a determinar quais flagrantes "prosseguem" e quais são "reconsiderados", transformando o órgão de controle em uma repartição de despachos políticos.

Procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT), parceiro histórico nas ações de combate ao trabalho escravo, já manifestaram preocupação formal com o precedente da "avocação". Eles alertam que a medida institucionaliza a impunidade seletiva: grandes grupos econômicos, com poder de influência, passam a ter um caminho para anular autuações, enquanto intermediários ou empresas menores continuam sofrendo as penalidades.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) ressalta que a politização da fiscalização destrói o principal pilar do combate à escravidão contemporânea: a independência técnica para aplicar a lei de forma isonômica. Sem essa blindagem, o mecanismo deixa de ser uma ferramenta de Estado para se tornar um instrumento volátil, cuja efetividade passa a depender de conveniências do governo de plantão, minando décadas de construção institucional e enfraquecendo gravemente a proteção aos trabalhadores mais vulneráveis.

O Sindipetro-RJ agregou junto à Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho (ANAFITRA) a ação no STF sobre o caso. Somam-se em apoio a CSP-Conlutas e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para sindicatos e organizações de direitos humanos, a manobra sinaliza um retrocesso histórico. O risco agora é que o Brasil, antes exemplo internacional no enfrentamento ao trabalho escravo, veja a prática se reacender sob a conivência do Estado. Enquanto o ministério não recuar, a mobilização das ruas e das entidades deve crescer em defesa da autonomia dos fiscais e dos trabalhadores e trabalhadoras do país.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente

Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

PCBR
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO